

ESTAR LÁ, SEM ESTAR: CONFLITOS NO PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU – MINAS GERAIS

Doralice Barros Pereira [1]
Mariana França Mungai [2]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Introdução

No caso brasileiro, as Unidades de Conservação (UCs), enquanto estratégias de conservação da natureza, têm sido compostas por espaços territoriais e recursos ambientais de relevância natural. Criadas pelo art.2º da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), elas são classificadas em *Unidades de Proteção Integral*, nas quais é admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e *Unidades de Uso Sustentável*, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos. Entre as Unidades de Proteção Integral, destacam-se os Parques Nacionais, que buscam preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica. A lei os define como de posse e domínio públicos; então, os terrenos particulares incluídos em seus limites devem ser desapropriados (SNUC, art. 11º, par. 1). Apesar de serem mais restritivos e de terem maiores implicações sociais, mudando inclusive as percepções sobre o principal propósito das áreas protegidas, os parques nacionais predominam como modelo (ABAKERLI, 2004, p. 237).

Além do objetivo de proteção, a história das UCs no Brasil vem abarcando uma re-inserção no movimento do capital de frações de terras de menor interesse imediato para a economia, ou seja, destituídas de atrativos significativos para fins de exploração pelos setores de extração mineral/vegetal e/ou da indústria. A própria expansão capitalista sobre o território permite observar uma redefinição dos potenciais das áreas “pobres” contíguas ou próximas a centros urbanos. Estas áreas, ao serem apreendidas, distinta e indistintamente, remetem o espaço à condição de um mero bem financeiro: “*imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda ordem de especulações com a terra. Trata-se do controle de um direito sobre rendimentos futuros previstos*” (DAMIANI, 2004, p. 41). Tais áreas podem ser entendidas sob a acepção de *espaço derivado*, proposição de Santos (1978), que implica em espacialidades determinadas por lógicas externas, definidas e reproduzidas por núcleos de comando e controle situados fora de tais espaços, em geral provenientes de processos históricos de dominação e colonização.

Na sociedade contemporânea a produção e reprodução do espaço e da natureza passaram a ser mediadas pelo valor de uso e pelas leis do mercado. As relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, onde fragmentos e momentos da existência social se realizam nos circuitos de valorização do capital (SEABRA, 1996). A autora aponta que “*o conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação*” (SEABRA, 1996, p.79). Nessa perspectiva, a quantidade e qualidade das áreas protegidas têm sido objeto de discussões político-econômicas face à sua capacidade de serem convertidas em moeda de troca, notadamente como potenciais ou garantias de créditos de carbono, além de suas inclusões em circuitos turísticos, como é o caso do Parque Nacional da Serra do Cipó (PEREIRA, 2008, p. 122).

Muitos trabalhos demonstram que a diversidade biológica pode ser mais bem conservada se associada à proteção da diversidade sócio-cultural (ABAKERLI, 2004; ABBOUT; GUIJT, 1999; BRITO; CÂMARA, 1998; DIEGUES, 1996). As UCs, ao representarem/compostem “espaços de reserva” para outras estratégias, tornam-se também espaços de contestações e conflitos, de que é exemplo a privatização dos serviços de gestão e/ou visitação. Assim, coloca Harvey (2005, p. 17), “*Ilena de buenas intenciones sin outra función que legitimar les prácticas del poder*”, as unidades de conservação traduzem tanto formas e riquezas físicas como usos e desapropriações do território.

Por vezes, os critérios e interesses na criação de uma UC, ao invés de fundados no “uso da natureza pela ciência” responderam a jogos ou favores políticos, à exploração turística sem planejamento e especialmente aos interesses individuais de empreendimentos privados (ABAKERLI, 2004; PEREIRA; MUNGAI e RODRIGUES, 2004; 2005). Os lugares que atenderiam aos anseios sociais desempenham, em paralelo, funções intrínsecas aos interesses particulares e inibem iniciativas favoráveis à coletividade e à instância local. As ações promovidas pelo homem e por seus representantes políticos para a criação de espaços protegidos deveriam atender os interesses da organização sócio-econômica e produtiva do espaço (BRAGA, 2001, p. 1325).

A história das UCs brasileiras mostra que as decisões de cima para baixo, limitaram a participação pública ampla e continuam a refreá-la também na regulação do uso e ocupação do solo. Além disso, a desconstrução dos lugares por meio da recriação de paisagens e da adequação da diversidade de representações promotoras de tensões e conflitos colocam em risco a qualidade dos espaços protegidos, salientando a (im)possibilidade do Estado de atender aos interesses díspares na/da sociedade. Os parques nacionais, mesmo após sua criação, sobrevivem atormentados por pressões contínuas, sejam de ordem política, social ou relacionadas ao espaço no qual estão inseridos. Inúmeras são as dificuldades encontradas, como a falta de regularização fundiária, a regulação centralizada do uso e ocupação do solo, a ausência de mapeamentos detalhados definindo os limites das áreas protegidas bem como o seu entorno, e a sobreposição de unidades de conservação de categorias distintas, e conseqüentemente regras de utilização díspares (PEREIRA, 2005, p.126). Além

da situação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, deve-se registrar a precariedade no funcionamento das unidades de conservação no país.

Um estudo coordenado pela ONG *The Nature Conservancy* em 2007, declarou que “*só as unidades de conservação federais precisam de nove mil servidores (6,7 mil em campo) e de até R\$ 1 bilhão em investimentos. Condições bem distantes da realidade imposta pelo governo*” (BOURSCHEIT, 2008, s/p.). Outra inquietação se refere aos recursos orçamentários originários da compensação ambiental que podem “*rarear após a decisão do Supremo Tribunal Federal que pôs fim ao piso obrigatório de 0,5% sobre o valor total de grandes obras que era destinado a unidades de conservação*” (BOURSCHEIT, 2008, s/p.).

A instituição de parques nacionais redefine usos e ocupações nem sempre em consonância com os interesses e usuários pretéritos que sobre seus espaços se assentavam. Assim, o objetivo deste trabalho é de melhor entender a (re)produção de Parques Nacionais brasileiros. Quais têm sido as inquietações dos segmentos sociais relacionadas aos interesses, representações e conflitos face à morosidade do processo de abertura de um Parque? Essas questões são ilustradas pela criação em 1999, do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), no norte de Minas Gerais, ainda não aberto à visitação pública.

Através de uma interpretação *nunca acabada*, as análises se apóiam em levantamentos bibliográficos a respeito das relações homem/natureza e das UCs (representações do espaço, espaços de representação, prática social, usos, conflitos, apropriação, gestão), em depoimentos obtidos em entrevistas (THIOLLENT, 1987), além de observações colhidas em reuniões feitas pelos movimentos sociais e entidades públicas. Registre-se ainda visitas a campo (três em 2006 e igual número em 2007 e em fevereiro de 2008), quando foram realizadas 50 entrevistas, bem como participação em três eventos regionais (Encontro dos Povos do Rio São Francisco, em outubro de 2006; III Reunião do Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, em março de 2007; e I Simpósio de Conservação dos Ecossistemas do Norte de Minas Gerais, em agosto de 2007).

Caracterização da área

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) localiza-se no norte do estado de Minas Gerais, abrangendo áreas dos municípios de Itacarambi, Januária e São João das Missões, com um total de 56.800 ha (Figura 1).

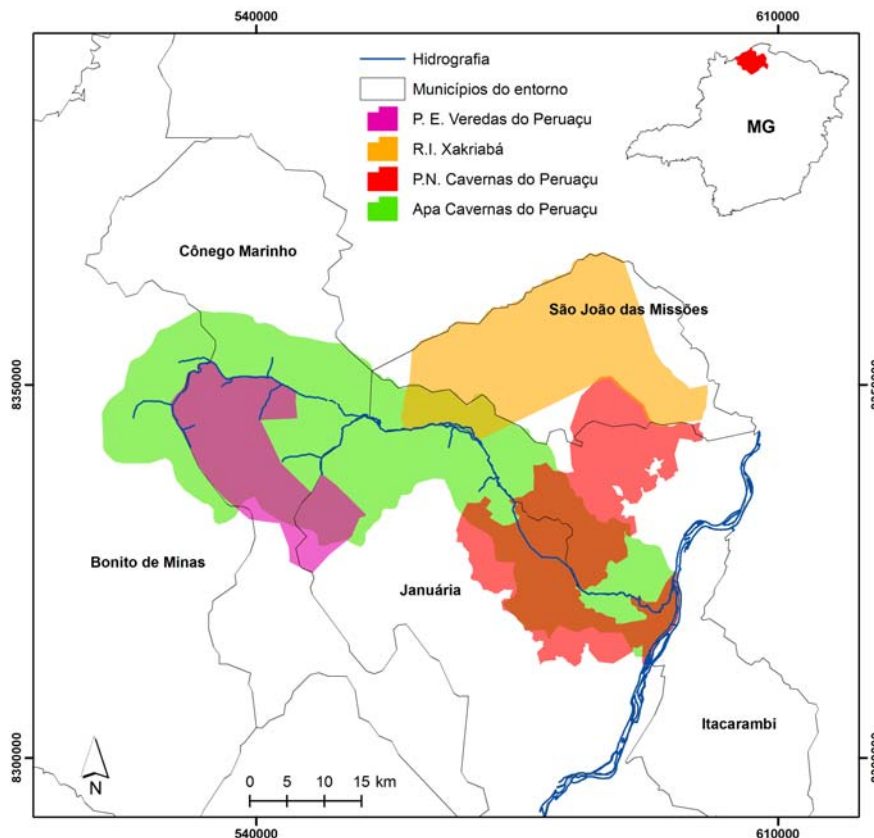


Figura 1: O mosaico de unidades de conservação do Vale do Peruaçu, junho 2008
Fonte: Fundo Serviço Geográfico do Exército, Mapa Topográfico, 1977, 1:100.000;
Limites das UCs conforme IBAMA-DIREC (2005).

A região do Vale do Rio Peruaçu, na bacia do Rio São Francisco, agrega uma rica biodiversidade e sociodiversidade: formas variadas de relevo, distintas unidades estratigráficas e tipos de vegetação (GOMES, 2003, p. 14), e uma das mais importantes áreas cársticas do estado e do país, com cavernas de destaque nacional em extensão e em profundidade (AULER *et al.*, 2001). Aproximadamente 180 cavidades subterrâneas são conhecidas no vale cárstico e os estudos arqueológicos desenvolvidos há mais de 30 anos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) trazem luz sobre as ocupações pré-históricas (SOUZA, 2008, p. 19). O vale abriga a história de civilizações pré-colombianas de cerca de 10.000 anos AC, com pinturas rupestres (Figura 2), pedras lascadas, urnas funerárias e outros artefatos (PROUS, 1997 *apud* GOMES, 2003, p. 14).



Figura 2: Pinturas rupestres do Vale do Peruaçu.
Foto: Philippe Maillard, out/2007.

A biodiversidade verificada no Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu conta com 56 espécies de mamíferos levantadas, das quais 19 pertencem à lista de espécies ameaçadas de extinção: a onça parda, a sussuarana, o tatu canastra, o veado campeiro, o tamanduá bandeira, a anta, o lobo guará, o gato palheiro, o cachorro-do-mato vinagre este último considerado extinto em Minas Gerais. No caso das aves, de 332 espécies identificadas em campo, 16 delas estão na mesma lista (arara-azul, papagaios, urubu-rei, entre outras); já no levantamento ictiológico, de 68 espécies, 62 são características da bacia do Rio São Francisco, 30% são endêmicas e 04 espécies ameaçadas. Do total de 473 espécies ameaçadas de extinção no Brasil, cerca de 10% foram encontradas na área de estudo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, reforçando a sua importância para a conservação da biodiversidade brasileira (IBAMA-DIREC, 2005, p. 1-24).

Assim, o Plano de Manejo do PNCP definiu como Zona de Amortecimento (ZA) uma área de 228.017 ha, que abrange os municípios de Januária, Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Bonito de Minas. Os critérios empregados para a demarcação da Zona atentaram para os preceitos constantes na Lei 9.985/2000, (*“o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”* - art.2º - XVIII). Dentre os critérios técnicos que pautaram a delimitação da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, salientam-se os aspectos arqueológicos, espeleológicos e a biodiversidade (Figura 3), considerando-se sua extensão e ainda situações de pressão antrópica sobre este (IBAMA-DIREC, 2005, Encarte 2, p. 2.1).



Figura 3: Vista do cânion e paredão cárstico próximos à entrada do PNCP.
Foto: Philippe Maillard, dez/2006.

A despeito das qualidades ambientais e sociais, o relatório elaborado pelo Departamento de Cartografia da UFMG, já em 2004, indicava a existência de vários conflitos, tanto nos limites do Parque, quanto na zona de amortecimento que envolvia a APA Cavernas do Peruaçu (MAILLARD; GOMES, 2003/2004). Tais tensões são atribuídas à extração ilegal de madeira de lei, ao uso inadequado da água para irrigação, ao agravamento de processos erosivos e à retirada da cobertura vegetal, especialmente das espécies ribeirinhas.

O *Atlas para a Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais* reconhece o Vale do Rio Peruaçu como região de prioridade de pesquisa e de conservação no estado (DRUMMOND, 2005; SOUZA, 2008, p. 25). O vale apresenta a transição entre os biomas Cerrado e Caatinga, englobando a diversidade do ecossistema de Mata Seca, com espécies biológicas endêmicas e de patrimônio genético significativo, assim como mata ribeirinha conservada (Figura 4). Toda essa riqueza conduziu à criação de duas outras UCs: a Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu, criada em 1989, com 143.866 ha e perímetro de 229 km (SOUZA, 2008, p. 17-18); o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, criado em 1994, com 30.702 ha (SOUZA, 2008, p. 17-18). Ao norte, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, com 56.800 ha, faz fronteira com a única reserva indígena do estado, o Território Indígena Xakriabá (Figura 1). Em decorrência da diferença cronológica na criação das unidades de conservação, ocorre uma sobreposição delas, a Área de Proteção Ambiental (APA), com caráter de uso sustentável, e implantada anteriormente ao Parque Estadual Veredas do Peruaçu, com caráter de proteção integral.



Figura 4: Vale do Peruaçu com a clarabóia de Macacos.
Foto: Philippe Maillard, out/2007.

O Parque Estadual Veredas do Peruaçu comporta uma área de cerrado marcada por quatro subformações: campo cerrado, cerrado *sensu stricto*, cerradão e veredas, além de áreas em regeneração oriundas de significativas alterações antrópicas (GOMES, 2006, p.4-5). O parque estadual foi implantado visando proteger as nascentes do Rio Peruaçu e garantir a qualidade das águas que percorrem o sistema cárstico à jusante, ambiente extremamente sensível. O parque estadual concentrou áreas advindas da Ruralminas, da Peruaçu Florestal, de Eduardo Cardoso Rego, da Januária Agropecuária S. S. (JANASA), de Milton Baioneta e Mário José Lisboa e está sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais.

Apesar de passados mais de 10 anos de sua criação, o Parque estadual continua fechado à visitação pública, pois não conta com Plano de manejo, equipamentos ou infra-estrutura suficientes. Deve-se mencionar, todavia, que em 2007 foi celebrado um convênio entre o IEF e a UFMG para utilização do Parque para pesquisas, especialmente no domínio das geociências. Foi criado também no mesmo ano, o Grupo de Pesquisa, Sistemas Ambientais do Cerrado e das Veredas da Região do Peruaçu, no Instituto de Geociências da UFMG.

O Território Indígena Xakriabá, no sertão sanfranciscano, abrange aproximadamente 53.015 ha distribuídos em duas áreas contíguas: a primeira, com quase 46.415 ha, foi demarcada em 1978 e homologada em 1987; a segunda, denominada Rancharia, com 6.660 ha, foi demarcada em 1999 e homologada em 2001. Cerca de 7.000 índios encontram-se agrupados em 27 aldeias e 25 sub-aldeias, apesar de o Censo de 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não ter reconhecido a Reserva Indígena na amostra e nem os setores censitários corresponderem à área demarcada (CAMPOS *et al.*,

2006 *apud* DINIZ *et al.*, 2006, p. 2). Assim, a ocupação dessas áreas está limitada “pela pouca disponibilidade de água e se restringe, basicamente, aos pontos onde esta é mais abundante (...) onde há olhos d’água ou cursos perenes – que se organizam em aldeias ou agrupamentos de aldeias” (SANTOS, 1994, p.13 *apud* DINIZ *et al.*, 2006, p. 2).

Nas últimas décadas, o espaço social ocupado pelos Xakriabá vem sofrendo um rápido processo de transformação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica (DINIZ *et al.*, 2006, p. 2). Novos ritmos, dinâmicas e referências têm contribuído para outras formas de articulação sócio-política e de organização ecológico-econômica para os Xakriabá. Na verdade, eles significam expressiva pressão sobre os recursos internos ao Território Indígena Xakriabá e seu entorno (Figura 5), como por exemplo, a falta de água e a infertilidade do solo (observações de campo, julho 2006). Outro sinal de tensão foi o protesto dos Xakriabá, em agosto de 2007, reivindicando a reintegração de parte das do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu para serem acrescentadas à sua Reserva.



Figura 5: Casa no Território Indígena Xakriabá.
Foto: Doralice Pereira, jul/2006.

Também o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu criado em 1999 continua fechado à visitação pública apesar de já poder contar com seu Plano de Manejo, concluído e aprovado desde 2005. O Parque nacional abriga alguns grupos que residem nos povoados do Retiro/Morro Velho (45 residências), Cabaceiras (4 residências), Janelão (17 residências) e Vale dos Sonhos (4 residências). Ao todo, existem “70 unidades domésticas nas comunidades do Parque, distribuídas entre os quatro trechos de povoamento contínuo” (IBAMA-DIREC, 2005). Estes moradores em geral se ocupam de roças de milho e outros cereais de subsistência, e da criação de galinhas, porcos e gado. Enquanto lavradores tradicionais não podem expandir suas atividades, pois o corte de árvores e a queima são controlados e interditados.

Apesar das restrições de uso da terra, os moradores do Retiro não querem abrir mão de suas áreas, nem com indenização e se colocam contrários à efetivação do Parque Nacional. A intenção de permanecer em suas terras nasce do fato de um bom número dos grupos domésticos, considerarem-se proprietários de glebas situadas em seu interior, bem como dos laços de vizinhança, parentesco e compadrio consolidados. O povoado de Janelão também se mostra insatisfeito com a criação da UC, mas a imposição de regras e proibições já vem motivando alguns deles a deixarem suas propriedades.

No entorno, as aglomerações são: Várzea Grande, Brejal, Fabião I e II. A Comunidade de Várzea Grande, inserida nos limites da APA Federal Cavernas do Peruaçu, está bem distante da sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) localizada no Fabião I, e por esta razão parece ser a mais excluída nas discussões que envolvem a região. Um de seus moradores afirmou que as pessoas não entendem o que está acontecendo, ignoram o significado de estarem dentro de uma APA, e muitos desconhecem até sua localização em relação aos limites das UCs.

A comunidade do Brejal é contínua ao Retiro (que está dentro do Parque nacional) e por isso as pessoas não entendem o porquê de uma ter sido incluída e a outra não. Os moradores de Brejal também convivem com a mesma insegurança dos do Retiro, porque não foram informados se estão ou não abrigados no interior do parque.

As comunidades do Fabião I (Januária) e II (Itacarambi) são a “porta de entrada” do Parque nacional e por esse motivo já se constituem em alvos de projetos ligados à utilização turística da região (Figura 6 e 7). Essas pessoas possuem duas visões distintas associadas ao Parque nacional e, em razão dessas manifestações, diferentes espaços estão sendo criados no seu imaginário. De um lado, encontra-se um grupo que percebe a UC e suas normas como um atraso para a região, na medida em que não podem investir nas atividades agrícolas e pecuárias. Os moradores que compartilham da idéia de que o Parque representa “atraso” para a região não acreditam mais na sua abertura e afirmam estarem cansados de promessas. Desmotivados, por exemplo, eles não se interessam mais por projetos voltados à produção de doces ou artesanato e declaram “*inexistirem compradores para tais produtos*”. Um outro grupo convive com a expectativa de abertura do Parque nacional, confiando que o interesse pelo Peruaçu irá trazer um grande número de visitantes e que a partir desse fluxo, os moradores locais poderão melhorar de vida. Muitos já reproduzem discursos de projetos que visam ao turismo para o “desenvolvimento” como a atividade de redenção local.

Essas duas proposições necessitam de um olhar diferenciado por parte dos gestores do parque e dos representantes políticos. Elas carecem de desenvolvimento e de engajamento em um trabalho de valorização da cultura nativa, bem como da apresentação de alternativas de geração de renda, notadamente por se sentirem aos poucos excluídas do processo. Mesmo sem previsões concretas para a abertura do Parque, Fabião I já se tornou alvo

significativo de especulações imobiliárias. Novas construções foram feitas visando atender os futuros visitantes.



Figuras 6: Vista aérea do Aglomerado de Fabião.
Foto: Philippe Maillard, Dez/2006.



Figura 7: Casa de um dos moradores do aglomerado do Fabião.
Foto: Mariana Mungai, Mar/2007.

Para a elaboração do Plano de Manejo e Zoneamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, foi firmado um contrato de prestação de serviços entre o IBAMA, a FIAT Automóveis S.A. e a empresa de consultoria CSD – Geoklock Geologia e Engenharia Ambiental LTDA., em setembro de 2002. O Plano de Manejo, coordenado pela CSD – Geoklock, foi composto por uma equipe formada por representantes do IBAMA (equipes UC, CECAV, DIREC e GEREX), IEF, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), UFMG, Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, Universidade do Estado de São Paulo (USP) e pelas Prefeituras Municipais de Januária, Itacarambi e São João das Missões. As comunidades e instituições sediadas em Januária e Itacarambi (Serviço Social do Comércio (SESC) Laces Januária, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA), entre outras) auxiliaram no levantamento de informações e na participação em eventos. Segundo o Plano de Manejo, as comunidades de Fabião I, Janelão, Retiro, Cabaceiras e Várzea Grande participaram dos eventos comunitários e das atividades de campo (IBAMA-DIREC, 2005, s.p).

O projeto recebeu recursos da *FIAT Automóveis S.A.*, em acordo de Compensação Ambiental estabelecido entre a empresa, o Ministério Público Federal e o IBAMA. Segundo os funcionários do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, o Ministério Público determinou que a FIAT, além do pagamento do Plano, promovesse a indenização de uma área de 6.000 ha (com os principais atrativos para visitação pública), o repasse de terras para o IBAMA e a construção de infra-estrutura para recepção de visitantes. Entre as prescrições, a etapa de elaboração do Plano de Manejo e a indenização da área foram concluídas.

No mês de dezembro de 2006, em reunião na Procuradoria da República em Minas Gerais, a FIAT entrou com um pedido de reavaliação da exigência de compra de toda a área referente ao polígono, pois ela já havia adquirido 12.000 ha de terras, estando 2.350 ha inseridos no polígono exigido. O argumento da empresa é que ao final, a sua doação ao IBAMA será equivalente a 22% da área total do Parque e que

[...] novos estudos ambientais demonstraram que a nova área é mais adequada e viável para preservação das condições ambientais do Parque Nacional, considerando o conjunto de atrativos e patrimônio arqueológico, [...] e que a FIAT não deseja prosseguir nas obras sem que haja a necessária concordância do MPF, mediante eventual aditamento ao Termo de Compromisso anteriormente firmado (PAC/MPF, folha 1454).

Além da cláusula referente à alteração da área a ser doada pela *FIAT*, o Ministério Público Federal propõe que o Termo Aditivo especifique as obras de infra-estrutura a serem realizadas: abastecimento de água e tratamento sanitário de efluentes, reformas e construção de edificações, melhorias das vias de acesso,

implantação de roteiros de visitação, equipamentos e sinalização do Parque, confecção do *folder* e mapa do Parque, aquisição de rádios e outros equipamentos e materiais para as edificações (PAC/MPF folha s/n). Até a data de 07 de maio de 2008, o Termo Aditivo não tinha sido assinado pelas partes envolvidas.

Assim, a abertura do parque, não tem mais previsão para acontecer: ela está dependendo também da solução de uma pendência da Instrução Normativa 09/2003, que impede a doação de terras pela *FIAT* ao IBAMA. O impedimento está relacionado à doação das terras adquiridas pela *FIAT* Automóveis ao IBAMA. Tal impedimento de doação incide não somente nesse caso, mas também em todos os processos de regularização fundiária existentes nas demais Unidades de Conservação federais o que chega por vezes a inviabilizá-las (IBAMA, 2007). No âmbito do MPF, foi instaurado o Procedimento Administrativo Cível MPF/PGR nº 08112.000968/94-41, ao qual fazemos referência para as análises a seguir. Conforme ofício da Procuradoria Especializada do IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ao Ministério Público, de 07 de fevereiro de 2008:

(...) a questão foi distribuída à Coordenação de Assuntos Territoriais de Áreas Protegidas – COTAP, divisão integrante deste órgão jurídico e que entrou em funcionamento no dia 18/02/2008 para, dentre outras atribuições, atender à crescente demanda relacionada à efetiva implementação das unidades de conservação instaladas no território nacional (...) solicitamos a Vossa Excelência a concessão de mais 30 dias para a apresentação da análise propugnada.

E conforme a última correspondência do Ministério Público ao procurador federal coordenador de assuntos territoriais de áreas protegidas do IBAMA, de 27 de março de 2008, *“prorrogo por mais 30 dias o prazo para apresentação de solução quanto à regularização fundiária do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu”*.

O descumprimento e a morosidade na realização das demais demandas geram toda uma situação de incerteza, além de aflorar pressões e conflitos junto ao setor público e privado. Conflitos socioambientais expressam a oposição entre modos tradicionais e modernos de uso do território, e, sobretudo evidenciam relações assimétricas, de dominação e resistência “defensiva” e “ofensiva”. A abordagem democrática do conflito exige a reinvenção de formas de participação e decisão que superem o meramente formal e ritualístico, sem prévia demonização de nenhuma espécie. Ela supõe a legitimidade e atualidade de usos e saberes divergentes do modelo modernizante, o que pode, no limite, implicar em novas formas de organização socioterritorial. Essas novas formas resultam das lutas entre atores que se forjam, eles próprios, como sujeitos, no interior da tensão, constituindo subjetividades e novos modos de pertencimento que incorporam novas dimensões espaciais, outras territorialidades.

Discussão e resultados

Alguns conceitos nortearam o encaminhamento das entrevistas, promoveram os conteúdos do Quadro 1 e as próximas considerações. Para Lefebvre (1980), as *representações* nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem tornando-se correntes quase instituídas. O autor observa que a sociedade atual constitui uma sociedade imersa num mundo de símbolos, representações e mistificações: “*as representações são falsas no que indicam e dizem, mas verdadeiras em relação ao que suportam*”, ou seja, “*são verdadeiras como respostas a problemas reais, e falsas como dissimuladoras das finalidades reais*”. As representações se ampliam, se deslocam e se transpõem a certas “realidades”, formando parte de uma estratégia “inconsciente” que pode levar à mobilização ou não dos segmentos sociais. O que se busca é diversidade nas reflexões e unidade nas ações.

Os *espaços de representação*, outro conceito aqui trabalhado, foram definidos por Lefebvre (2000), ou seja,

o espaço *vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2000, p. 49).

A respeito da *prática social*, Seabra (2003) atenta que esta apreende relações de vizinhança, de compadrio e de parentela, inscrevendo-se no espaço e favorecendo, assim, um âmbito de relações de qualidade a partir de experiências vividas: “*Este seria o melhor nível, no qual se articulam os fios que ligam e que separam os indivíduos*” (SEABRA, 2003, p. 2). Seu estudo privilegia os moradores, no plano da vida imediata, no confronto de estratégias e indaga sobre o sentido que eles atribuíam às injunções de uma ordem distante, ou seja, às institucionalidades que aí se realizavam.

A *produção do espaço* se explica pelas práticas espaciais no encontro dos diferentes territórios de uso. Assim, o zoneamento de UCs pode se mostrar como fruto de uma auto-segregação concebida e administrada, que engendra conflitos ambientais como “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território” eles emergem face à iminência de uma ameaça oriunda de “*impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos*” (ACSERALD, 2004, p. 26). Não se pretende, portanto, refletir apenas sobre práticas ambientais de adequação social e cultural do capitalismo, mas dando continuidade ao pensamento do autor, ponderar que o meio ambiente é em sua

essência objeto de contestações e conflitos, por todos seus sentidos socioculturais e interesses diferenciados.

Ao se partir da premissa de que o “*meio ambiente é construído como um campo de poder que envolve diferentes sujeitos sociais*” (LIMA, 2001) pode-se buscar a natureza como uma categoria social de relações. A mesma autora sublinha que como a noção de meio ambiente envolve a apropriação e/ou transformação dos recursos naturais, esse se encontra no centro de uma luta ideológica, refletindo disputas concretas das práticas sociais. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que ainda não sofreram importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese independe do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. Portanto, eles só podem ser compreendidos a partir da relação Homem-Natureza. Se, por um lado, os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre em conformidade aos valores sociais (VENTURINI, 2006, p. 16)

O Vale do Rio Peruaçu apresenta como fomos registrando, um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes, as quais compõem um verdadeiro mosaico de interesses, conflitos e possibilidades. Com base nas colocações acima, um quadro síntese preliminar pontua as principais inquietações externadas pelos diferentes segmentos sociais com relação aos interesses, representações e conflitos face à morosidade e prorrogação da abertura do Parque.

Quadro 1: Principais inquietações dos diferentes segmentos sociais em relação ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

	ATORES	INTERESSES	REPRESENTAÇÕES	CONFLITOS
P O D E R P Ú B L I C O	Federal - IBAMA	Responsáveis pelas diretrizes que orientam a execução das atividades de preservação de uso sustentável dos recursos naturais brasileiros (IBAMA/MMA, 2002, p. 5)	Uma área rica em biodiversidade que merece ser preservada. Potencial de pesquisas	PNCV visto como gestão com normas a serem seguidas. Imagem negativa do órgão junto à população historicamente construída pela fiscalização e punição. Dificuldades para atuar
	Estadual – Instituto Estadual de Florestas-IEF	O parque deveria ter sido criado como uma UC estadual, conforme a iniciativa original	A extensão do Parque visou a certos interesses, pois a área inicial de 11 mil ha (dados do IEF) passou para 56 mil ha	Embates de competência entre os dois órgãos e críticas à atuação do IBAMA
	Municipal – Secretarias de Turismo	Discurso aliado ao setor privado: crescimento de atividades econômicas para a região	Produto turístico ainda inexplorado	Dificuldade em incorporar uma visão mais empreendedora junto aos locais
S O C I E D A D E C I V I L	Moradores que residem no interior do PNCP	Permanecer no lugar onde sempre viveram, com direito a trabalhar a terra de onde tiram seu sustento	Uma invasão do que é deles	Incompreensão quanto à necessidade de saída do Parque, cujos limites não estão claramente definidos
	Moradores que residem no entorno do PNCP	Alternativa de renda. Lucrar com o turismo esperado	Descrença face à abertura real do PNCP. Incertezas quanto às expectativas de abertura	Incompatibilidade de usos: proteger e viver em um lugar que a maioria valoriza para outros fins que não necessariamente o turismo
	Pesquisadores	Conhecer a biodiversidade e sociodiversidade da região	Potencial para estudos científicos, especialmente quanto aos aspectos físicos: vegetação, arqueologia, geomorfologia	Usos, ocupações e novas apropriações como a turística; outras relações de sociabilidade; imposição do modo de vida urbano
M E R C A D O	Empreendedores	Aplicação de experiências realizadas em outras regiões, a fim de fomentar a economia local	Produto turístico ainda não explorado e com possibilidades de investimentos externos	A morosidade na abertura do Parque impede atuações. IBAMA - obstáculo ao desenvolvimento da região

O Peruaçu está atraindo muitos olhares, expectativas e interesses nestes momentos de incerteza em relação à abertura do PNCP e as transformações que dela decorrerão. Por isso, este estudo tem muito mais perguntas do que respostas: *“pra aquele negócio da criação das unidades de conservação, de preservar o meio ambiente, de explorar esse ambiente natural, cultural como atrativo vai demorar, vai demorar muito, muito, muito”* (Pesquisador A, entrevista em 18/07/2006). A conservação da sua dinâmica, bem como a existência de dúvidas quanto à sua capacidade de adaptação têm apontado, nesta pesquisa, que os interesses se acirrarão sobremaneira, pois o que se vislumbra é uma multiplicidade de usos e de novos significados para o Parque Nacional e seu entorno. A falta de entendimento do que significa uma área protegida, por exemplo, é a primeira dificuldade em que os moradores esbarram para demonstrar o inconformismo com sua saída:

Quem já saiu sente mal porque queria tá lá dentro porque é uma região muito boa, produtiva e tá lá parado. Quem tá lá dentro não pode trabalhar, tá agredido pelo Ibama, e então esse povo tá sofrendo... e a gente velha, que vive do trabalho... e se num trabalha o que que acontece... vai viver de que? Então, eu sou uma das pessoas que ... eu fui muito agredido, muito pelo Ibama, pelos órgãos da lei, e sai de lá porque eu desgostei de eu tá trabalhando em cima do que é meu e os outros tá no meu pé, igual aquela coceira que a gente chama frieira né. Então a gente abaixa a cabeça e rende e sai. Mas depois que a gente sai a gente sente mal, sente mal. Arrependi 1200 vezes...porque eu queria tá lá dentro... (Morador indenizado do Parque, em entrevista, 17/07/2007).

A prioridade dada às atividades turísticas foi percebida tanto pelo setor acadêmico – os pesquisadores consultados revelaram, em entrevista, *“mostrar pra comunidade e pros alunos que existe um negócio aqui na cidade que ainda não foi explorado e que esse negócio é muito rentável”* (Pesquisador A, entrevista em 18 de julho de 2006), quanto pelos representantes municipais:

E a gente quer trabalhar em cima do Parque, tá, porque a gente acredita que o perfil de visitantes do parque vai ser muito interessante pra cidade, né? É um público específico, já existe uma tendência aí pro turismo internacional e a gente sabe que o turismo internacional, né, gera muita, muito dinheiro e isso vai ser muito bom pra uma região tão pobre como a nossa. (Representante da Secretaria de Turismo de Januária, 06/10/2006).

E para que nada escape, as ênfases vão da exuberância física aos aspectos sociais: *“o vale do Peruaçu é um conjunto de atrativos assim magnífico... tem um artesanato que está sendo desenvolvido que é riquíssimo,*

tem uma gastronomia muito interessante” (Representante da Secretaria de Turismo de Itacarambi, 05/10/2006).

O gerente do IBAMA declarou, logo após a elaboração do Plano de Manejo, a possibilidade de abertura parcial do Parque em julho de 2007. Naquele momento de expectativa, já se anunciava uma mobilização, de caráter profilático, favorável a um des-envolvimento das pessoas que passaram a conviver com valores e normas, as quais demandam uma disposição individual à renúncia e à espera. Pois nem todos os moradores foram reassentados, *“quando você delimita um parque, um dia vai ter que ser regularizado, né? Então eles imaginam assim: eu tenho toda uma cultura aqui, se eu sair daqui, vou pra outro lugar, será que eu vou conseguir sobreviver?”* (Representante do IBAMA, entrevista em 17/07/2006).

A existência de várias representações deveria favorecer a diversificação e a valorização mais ampla de grupos enquanto sujeitos sociais, possibilitando tomadas de decisões mais democráticas e próximas às singularidades locais. A imposição de novas regras de uso e ocupação do solo, de comportamento e conduta, bem como a falta de diálogo, podem gerar/acirrar resistências e o sentimento de não-pertencimento ao lugar. Todo esse leque de transformações traz, de forma latente ou não, a idéia da apropriação das possibilidades da natureza como negócio, nos termos do mercado:

No norte de Minas falta mais articulação, falta mais liderança articuladas, visão mesmo de futuro, visão empresarial, certo? Visão empreendedora, capacidade empreendedora porque o norte de Minas reúne todos os elementos pra realmente se desenvolver e ser uma referência turística. Eu acho que vai inclusive trabalhar vários segmentos do turismo no norte de Minas, é preciso realmente é essa articulação, essa integração. (Representante da Secretaria de Turismo de Itacarambi, entrevista 05/10/2006).

O entendimento e cumprimento da legislação por sua vez, pode dar *“suporte a ação monopolizadora de determinados grupos, que contemplam os requisitos estabelecidos, às atividades relativas à (re)produção do espaço (...) excluindo a participação de camadas populares”* (FREITAS, 2007, p. 82). As restrições impostas pela legislação e a incompreensão acerca das novas regras levam à insatisfação daqueles que não foram ouvidos ou que não concordam com “estas novidades”:

na verdade o parque não representa nada pra população, se você falar coisa de pinturas rupestres, eles não tem interesse nenhum de conhecer, eles nunca quiseram, eles nunca quiseram conhecer aquelas grutas, eles nunca tiveram até conhecimento cultural do valor que aquilo ali poderia ter. (Pesquisador B, entrevista em 18/07/2006, grifo nosso).

As pessoas ainda não conseguiram se perceber como fragmentos/potencialidades na miríade de conflitos, interesses e manipulação manifestos já quando da criação do Parque nacional. A própria extensão do PNCP atendeu interesses de políticos influentes, que mobilizaram a população para questionarem os limites do Parque:

o trajeto, o limite original da unidade ela abrangeria propriedades ai de certas pessoas muito influentes, o projeto original era se abranger as duas margens do rio, então esse grandes políticos incitaram uma mobilização local questionando isso, então de certa forma eles utilizaram a população local, para tentar forçar os limites e realmente eles conseguirem, mas eles só tiraram as terras deles entendeu? E as dos pequenos ficaram. (Pesquisador C, entrevista em 4/10/2006).

A propósito dos eventos assistidos, tem destaque a 3ª Reunião do Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu promovida pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente quando foram criados grupos de trabalho, com os temas: Turismo, Extrativismo e Gestão Integrada de Unidades de Conservação. O Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu propôs a gestão integrada de 12 unidades de conservação, em 11 municípios, 10 da região norte/noroeste de Minas e um município do sudoeste da Bahia (Cocos), num total de 800.000 ha. O Projeto prevê também a criação do conselho do Mosaico, o fortalecimento de parcerias, a organização e a capacitação das comunidades. Todas essas medidas contribuirão de forma significativa para a implantação do mosaico que também preconiza o "turismo ecológico e cultural" e o extrativismo sustentável de produtos do cerrado. Com tais atividades serão beneficiadas cerca de duzentas famílias de extrativistas, trabalhadores rurais, moradores do entorno de unidades de conservação, artesãos, assentados da reforma agrária e servidores públicos que atuam nas UCs.

O I Simpósio de Conservação dos Ecossistemas do Norte de Minas Gerais organizado pelo Departamento de Biologia da UNIMONTES, ocorreu no SESC-Januária e foi composto por palestras e discussões sobre os temas: *“políticas públicas, desenvolvimento e conservação dos ecossistemas do norte de Minas Gerais; exploração sustentável da flora nativa da região; fomento à pesquisa; conservação e manejo de recursos hídricos; Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco”*, dentre outros. O público envolvido contou com alunos de escolas, técnicos e profissionais de universidades, tendo poucos participantes moradores das UCs em estudo ou do seu entorno.

A realização de tais eventos é fundamental para dar transparência à possibilidade de formação do sujeito coletivo, posto que a problemática do Parque não se atém ao individual, mas se volta para o conjunto da sociedade.

Já o lugar, enquanto categoria geográfica, abarca todas as esferas da vida e incorpora as necessidades, expectativas e desejos que fazem parte da existência humana. Portanto, o lugar é onde a vida acontece, onde as experiências e vivências se articulam às práticas sociais, é o espaço praticado, onde se situa a vida cotidiana. Não pensamos, neste estudo, em unidades de conservação somente como patrimônio, mas como um lugar de encontro que vai além do ponto de vista que nos coloca como civilizados em contraposição ao outro.

Considerações finais

A situação dos parques nacionais brasileiros e de outras categorias de unidades de conservação, de modo geral, esbarra em pelo menos três grandes impasses e dissonâncias:

– o pequeno orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente, o que impede uma infra-estrutura eficiente e quadro de funcionários em número, conforme Jonas Correa *apud* Bourscheit (2008), declara que o órgão tem cerca de 1,9 mil fiscais no País, mas aproximadamente 800 atuam em campo. O restante trabalha com administração, em escritórios. “*Esse número pode cair para 500 com a partilha de servidores com o ICMBio*” e com salários adequados;

– a colheita dos frutos da lei de compensações (o valor total destinado aos recursos da compensação ambiental é de R\$ 14.567.399,28, que serão distribuídos entre as unidades federais (91%), unidades estaduais (6%) e municipais (3%), segundo o Extrato da Reunião Ordinária no. 001/2008 da Câmara de Compensação Ambiental e ainda 42,6% serão direcionados à regularização fundiária e a implementação de novas unidades 31,37%);

– e a efetivação real dos parques: Jonas Correa *apud* Bourscheit (2008) declara que o estado ainda não detém diretrizes para a atuação dos fiscais dentro e fora de unidades de conservação, para que saiam do papel e se efetivem concretamente na prática.

Diante desse conjunto de observações talvez fosse propício à discussão de uma transição no modelo, que visasse à permanência das populações nativas no interior dos parques. Outro ponto de discussão poderia questionar se o pagamento das compensações realmente está sendo legítimo enquanto proposição coletiva e social ou está servindo mais como *marketing* e pior, mercadeja/monetariza o espaço “público” por “algumas empresas”.

A criação e o manejo de unidades de conservação devem, por tempo indeterminado, manter abertas as discussões/explicações sobre as normas, regulamentos, enfim, sobre o debate e as decisões a propósito do futuro dessas áreas. Esta proposta deve também implicar os mais variados segmentos sociais,

ampliando assim as possibilidades de uma interação homem/natureza menos danosa. É imprescindível, nesta direção, estabelecer um trabalho conjunto que articule os órgãos e/ou entidades responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, mas também aqueles que efetivamente são os tomadores de decisão. Uma articulação entre os diferentes setores da vida social, cultural, política e econômica amplia a possibilidade de definir qual direção seguir e qual projeto construir, sem minimizarem os conflitos, fundamentais à vida humana.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como outras UCs, enquanto reservas de possibilidades para a acumulação do capital, em sua reprodução, não podem somente caminhar na direção – restrita – do econômico. São eminentes as perspectivas derivadas das atividades do turismo, e certos cuidados podem evitar que a improvisação promova efeitos indesejados e irreversíveis, gerando novos conflitos e exaustão de recursos e pessoas. Estes cuidados, provenientes de uma melhor compreensão dos espaços e territórios de disputa por seus diversos atores, certamente podem contribuir para a organização de políticas públicas que permitam um futuro que contemple mais a satisfação e a vida.

Concessões para prestação de serviços e licitações para a exploração do parque podem levar a um ambiente que favoreça desmandos/mandos sociais e ambientais, elegendo uma elite local em detrimento dos demais moradores. Assim é que se redefinem e são criadas novas modalidades de uso do espaço. O tempo, por exemplo, não será mais o tempo da natureza para plantar, mas o do visitante que deverá percorrer o parque; e aos moradores será imputada a tarefa de mostrar os “atrativos naturais”, sem possibilitar ao outro o descobrir, o apropriar-se.

E finalmente, para continuar abrindo possibilidades, no famoso texto *Os intelectuais e o poder*, diálogo entre Foucault e Deleuze, os intelectuais descobriram, enfim, “*que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber*”... o que temos a fazer é chegar a instaurar as ligações laterais, todo um sistema de redes, de bases populares. Luta “*não por uma tomada de consciência (há muito tempo que a consciência como saber é adquirida pelas massas, e que a consciência como tema é tomada, ocupada pela burguesia) (...) mas pelo poder*”. (FOUCAULT; DELEUZE, 1979). A teoria deve ser, pois, local e regional, não totalizadora.

Referências

ABAKERLI, S. Sustentabilidade em discurso e prática: implicações das políticas de desenvolvimento e de conservação em regiões biodiversificadas no Brasil. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (org.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.237-259.

ABOUT, J.; GUIJT, I. **Novas visões sobre mudança ambiental**: abordagens participativas de monitoramento. Rio de Janeiro: AS-PTA; London: IIED, 1999.

ACSERALD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

AULER, A.; RUBBIOLI, E.; BRANDI, R. **As grandes cavernas do Brasil**. Belo Horizonte: Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, 2001.

BOURSCHEIT, A. Teoria e prática. **O Eco** [online], Rio de Janeiro, 26 abr. 2008. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=27200&date=currentDate&contentType=html>>. s/p. Acesso em: 28 abr. 2008.

RAGA, T. Principais limitações a internalização da dimensão ambiental nas práticas urbanas. In: IX ENCONTRO ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 1322-1333.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 jul. 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 julho de 2000.

BRITO, F. de A.; CÂMARA, J. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAMIANI, A.L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A.F e OLIVEIRA, A.U. de. (Org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. 1.^a ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 19-58.

DIEGUES, A.C. As populações humanas em áreas naturais protegidas da mata atlântica. In: RAMOS, A.; CAPOBIANCO, J.P. (org.) **Unidades de Conservação no Brasil**: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: Instituto Socioambiental. 1996, p. 28-34.

DINIZ, S. C.; MAGALHÃES, F. N. C; MONTE MÓR, R. L. M. Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG. In: XII SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2006, Diamantina. **Anais do XII Seminário Sobre Economia Mineira**, 2006.

DRUMMOND, G. M. *et al.* **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para sua conservação. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. v. 1.

FOUCAULT, M; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

FREITAS, E. de S. M. (Re)produção social do espaço e “paradigma ambiental”: notas preliminares sobre o mapeamento (e exploração) de novas raridades, **Geografias**, Belo Horizonte, v.03, n.1, p.79-94, jan-jun de 2007.

HARVEY, D. El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura. In: HARVEY, D.; SMITH, N. **Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona/ Universitat Autònoma de Barcelona, 2005, p. 29-57.

GOMES, M. F. **Avaliação de Dados RADARSAT-1 e CBERS-2 para estimativa da estrutura do cerrado**: uma abordagem utilizando dados alométricos e históricos. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2006.

GOMES, M. F. **Comportamento espectral sazonal das formações vegetais do Vale do Rio Peruaçu (MG) e sua relação com os aspectos ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2003.

IBAMA (NUC/DIREN/IBAMA). **Procedimento administrativo Civil MPF/PGR – No. 08112.000968/94-41**, Ofício enviado ao Ministério Público Federal, à procuradora Dra. Mirian R. Moreira Lima, a respeito das pendências decorrentes da Instrução normativa IN 09/2003 para regularização fundiária, principalmente no que se refere ao Art 3, Item I, 26 de outubro de 2007.

IBAMA-DIREC. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diretoria de Ecossistemas**. Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. CD-Room. Encartes 1 a 4, Anexos e Resumo Executivo, Brasília, 2005.

IBAMA/MMA. **Roteiro metodológico de planejamento**: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica. Brasília, 2002.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4^{ème} éd. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **La presence et l'absence**: contribution a la théorie des représentations. Paris: Casterman, 1980.

LIMA, F.P.N. Recursos hídricos e conflitos sociais. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.2, p. 1135 - 1145.

MAILLARD, P.; GOMES, M.F. **Relatório consolidado da AER do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG**. Departamento de Cartografia/UFGM. 2003. Relatório preliminar referente ao Plano de Manejo FIAT/GEOCLOCK/IBAMA/ GRUPO BAMBUÍ, 2004.

PAC/MPF – Procedimento Administrativo Civil/Ministério Público Federal – **Procedimento Administrativo Civil MPF/PGR – No. 08112.000968/94-41** que trata do Auto de Infração aplicada à *FIAT AUTOMÓVEIS S/A* no dia 21 de novembro de 1995, folha 1454.

PEREIRA, D.B.; MUNGAI, M.F. e RODRIGUES, É.R. A (des)construção dos lugares rurais pela criação da paisagem da APA-PAZ Municipal de Inhotim. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v.4, n.1, p.359-75, abr. 2004.

PEREIRA, D.B.; MUNGAI, M. F.; RODRIGUES, É.R. Representações dissonantes de uma natureza “conservada”. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1, 2005, Londrina. **Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**, Londrina: LPUR/DGEO/UEL, 2005.

PEREIRA, D. B. Paradoxos do papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 119-142.

PEREIRA, L.T. **Entre o local e o regional: os circuitos turísticos e as ações públicas de fomento ao turismo**. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. 2003. Tese de Livre-docência. USP/FFLCH, São Paulo, 2003.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 71-86.

SOUZA, M. B. G. de. **Guia das tecamebas – Bacia do Rio Peruaçu – Minas Gerais: subsídio para conservação e monitoramento da Bacia do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

VENTURINI, L.A.B. Recurso natural: a construção de um conceito. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 9-17, 2006.

Entrevistas

Pesquisador A. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 18 de julho de 2006.

Representante da Secretaria de turismo de Januária. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 06 de outubro de 2006.

Representante da Secretaria de turismo de Itacarambi. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 05 de outubro de 2006.

Representante do IBAMA. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 17 de julho de 2006.

Pesquisador B. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 18 de julho de 2006.

Pesquisador C. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 04 de outubro de 2006.

Morador indenizado do Parque. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária, em 17 de julho de 2007.

Informações sobre as autoras:

Doralice Barros Pereira – <http://lattes.cnpq.br/0902990442915491>
Professora da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais
Contato: pereiradb@yahoo.com.br

Mariana França Mungai – <http://lattes.cnpq.br/3636470682467154>
Discente da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais
Contato: marianamungai@gmail.com